

REPENSANDO A FORMAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

EMILIA MARTINS VELLOSO

Professor-Assistente da UFC, Mestre
em Educação pela PUC/RJ

“Não se pode pensar, hoje, num Curso de Pedagogia voltado exclusivamente para a prática pedagógica escolar mas que se estende à prática educativa em todas as instituições da sociedade civil” (Silva (1981)

1. INTRODUÇÃO

A Orientação Educacional, no Brasil, de início, apegou-se muito às diretrizes do MEC/CADES. Com a Lei 5692/71 e o Decreto 72846/73 está voltada para funcionar “no âmbito das escolas e sistemas escolares”. Mas a Universidade precisa abrir-se para novas experiências e estar atenta às necessidades da Comunidade. Por isso, é possível pensar num Curso de Pedagogia que realiza esse atendimento. É possível pensar também numa habilitação em Orientação Educacional não escolarizada, mas ligada à Comunidade, num contexto de educação não formal, no meio rural, por exemplo.

“O surgimento de associações de bairro, sindicatos, organizações populares poderia vir facilitar em muito a tarefa dos

educadores na definição das necessidades educacionais básicas da região” (Gadotti, 1981). É o engajamento da Orientação Educacional na educação alternativa, no trabalho direto com o povo em comunidades de base, movimentos populares, associações de classe que torna possível pensar numa ação orientadora como educação suplementar às crianças, jovens e adultos das classes trabalhadoras. Para atender a essas necessidades se impõe um “novo orientador”, mais educador do que técnico, mais educador do que “especialista” ou burocrata do ensino.

Saviani (1981) alerta quanto à formação técnica do Orientador: “Torná-lo só técnico, é a melhor maneira de colocá-lo dependente da classe dominante”. Não é, portanto, a formação técnica que importa mas o questionamento dos objetivos reais da educação e uma ação que interfira para que esses objetivos sejam repensados. O importante é o educador. As tarefas, as especialidades, as habilitações são secundárias. No momento, enfatiza-se demais essa especialização. Fazem-se Congressos de “orientadores”, “supervisores”, “administradores” para que esses técnicos se aperfeiçoem. Entretanto, quando se chega à realidade da escola é quase impossível que trabalhem em equipe como educadores que são (ou deveriam ser). Parece que as habilitações do Curso de Pedagogia, na prática escolar, têm sido vistas como separações estanques, fragmentadas pelo espírito tecnicista que dificulta uma ação realmente educativa.

Essas e outras reflexões têm levado a experiências diferentes na formação do Orientador Educacional, sobretudo na etapa final, a do Estágio supervisionado.

2. REPENSANDO O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Iniciando anos atrás, no Rio, um trabalho na formação direta do Orientador Educacional, supervisionando estagiários da PUC/RJ, preocupou-me sobretudo a descoberta de que essa formação, consciente ou inconscientemente, preparava orientadores que seriam colocados a serviço das classes econômica-

mente ricas em colégios particulares. A Orientação revelava seu caráter elitista e a formação do Orientador parecia voltada simplesmente, sobretudo através do estágio, para os colégios da "classe alta". Ao mesmo tempo, os estagiários se preocupavam mais em ser "técnicos" e não sobretudo educadores. Outro problema que me preocupava era verificar que turmas e mais turmas de Orientadores Educacionais eram formadas sem que os Órgãos de Educação do Estado (Secretarias) tivessem qualquer participação ou interferência nessa formação. O Departamento de Educação trabalhava para um lado e as Secretarias para outro, sem qualquer trabalho cooperativo.

Assumindo a Supervisão do Estágio de Orientação Educacional a partir de 1978 na UFC, no diálogo constante com os alunos estagiários, tem sido possível procurar formas que parecem mais adequadas de preparar Orientadores não mais para escolas de elite, mas sobretudo para escolas públicas e escolas de periferia. Para Rossi (1981) "a escola pública é um dos locais mais importantes da educação do povo e nesse sentido temos nós, educadores, com os alunos, de fazê-la cada dia: levando os alunos a garantirem seu espaço, ocupando-o". Partimos então para o estágio em escolas públicas, sobretudo do Estado. Para isso, uma providência imediata foi ainda, em 1977, tomada: contato com a Secretaria de Educação do Estado a fim de que se iniciasse um trabalho conjunto na formação dos Orientadores Educacionais. Se Gadotti (1981) afirma que: "As Secretarias de Educação e Cultura estão divorciadas da rede escolar e das instituições de ensino superior local" até que ponto também não se pode dizer o mesmo dos Departamentos de Educação das Universidades? Até que ponto não estão também divorciados da realidade das escolas locais e das Secretarias de Educação?

Nestes quatro anos de trabalho conjunto, a Supervisão de Estágio em Orientação Educacional e a Coordenação de Orientação Educacional (COE) da Secretaria de Educação do Estado e do Município (desde 1980), têm, num clima de debate, troca de experiências, planejamento e avaliação conjuntas, seguido as estagiárias nos locais de estágio. Também a Diretoria da Associação de Orientadores Educacionais tem participado

ciessa experiência. Outra contribuição importante tem sido a participação da professora e estagiários nos Seminários Regionais de Orientação Educacional. Nesses Seminários, quando se trata da formação do Orientador Educacional, vários questionamentos nos incomodam e pedem respostas. Como formar o Orientador Educacional: mais como educador ou especialista? Como técnico ou como humanista? De forma mais acadêmica ou mais experiencial, voltada para a realidade? Para ser elitista ou ser o que Nidelcoff (1980) cognomina "orientador-povo"? Numa formação homogênea, ou diferenciada, diversificada?

Tem-se procurado oferecer um estágio que leve o orientador a agir com eficiência nas escolas e nos diversos campos da sociedade e que seja capaz de reelaborar criticamente suas experiências. Acredito que cada educador se educa na prática e que cada candidato a orientador é agente de sua formação. Desse modo, recuso-me a "formar" no sentido de homogeneizar e padronizar atitudes e comportamentos. Acredito que os objetivos da "formação" são melhor atingidos em "situações pedagógicas" onde os alunos instruem-se por suas experiências e onde as grandes questões e problemas da vida do povo são colocados para reflexão. Acredito que cada orientando ou candidato a Orientador Educacional é gente e como tal deve descobrir seu caminho, descobrir seus apelos e segui-los. Para tanto, é necessário que ao menos na hora de escolher o local e forma de estágio o aluno possa atender a seus impulsos interiores e estagiar na situação que melhor convém. Alguns estagiam em escolas de 1º Grau onde não há SOE, ou em escolas de 2º grau onde há SOE. Alguns preferem escolas públicas que atendem às camadas mais necessitadas da população. E, neste ano, há caso de experiência de estágio em educação não formal na zona rural.

O planejamento do estágio é feito a partir da sondagem e diagnóstico de cada realidade de estágios. Nas escolas onde há SOE, o plano do Estágio é feito a partir do plano da Escola e do SOE. Nas escolas onde não há SOE, o plano é realizado a partir do plano da escola e da sondagem e diagnóstico das necessidades dos alunos e da escola. Faz-se então uma Orien-

tação Educacional em caráter "supletivo". O importante é que o estágio se realize na perspectiva do estagiário que precisa, como sujeito, superar os condicionamentos de sua situação e descobrir as possibilidades de "conquistar seu espaço" e sua auto-realização.

O acompanhamento do Estágio procura fugir à "burocratização". Desconfio do Orientador de gabinete que passa o tempo todo preenchendo fichas, organizando fichários e computando dados. Orientação, para mim, é convivência permanente com os alunos, é ficar no meio deles, e, com eles, pensar na realização de cada um como gente em meio às contradições que o sistema impõe e que cada um tem de resolver para modificar a estrutura social injusta. Mas se formamos orientadores ingênuos, inocentes, com formação puramente acadêmica, livresca, que ação política, que mobilização por parte deles podemos esperar?

O acompanhamento ou supervisão do estágio é feito por seguimento ao estagiário nos locais de estágio, visitas, conversas pessoais, reuniões em grupo, reuniões de todos os estagiários para troca de experiências, anotações das dificuldades encontradas e das atividades realizadas, encontros periódicos com a Equipe Central de Orientação das Secretarias. Aqueles relatórios anuais, massudos, foram suprimidos. O importante é contar a experiência, enquanto está se realizando, e não depois de passada. Por isso o relato oral, quente, vivido, é mais importante do que o escrito. Esse acompanhamento possibilita uma avaliação contínua e progressiva, onde o que conta é a vivência, a participação de experiências com os alunos por parte do estagiário. Sobretudo, seu relacionamento com grupos de alunos, sua capacidade de trabalhar em equipe, sua criatividade e capacidade de adaptação à realidade da escola, ou da Comunidade.

Há, também, um clima de descontraimento e liberdade que possibilite ao estagiário criticar seu estágio, reformulá-lo e até, se for o caso, mudar o tipo de estágio.

O que muito nos preocupa é, antes de tudo, formar o orientador crítico que esteja atento não só ao psicológico, ao educacional, mas ao econômico, ao político, ao social e que

influa no meio em que vá trabalhar a fim de que possa adequar, de forma intencional, seus instrumentos — estudos e técnicas — e usá-los a partir de uma crença. Formar orientadores em clima de debate em que a própria profissão é repensada, revista e em que os condicionantes da ação do orientador são conscientemente identificados. Só essa consciência dos condicionamentos, dos limites, leva a uma ação eficaz sobre a realidade. Que o estágio forme orientadores que empurrem o processo histórico e sejam corajosos em realizar experiências novas. É importante que nossos alunos, quando estiverem em ação, como orientadores, não perpetuem o modelo de dominação na escola sendo “opressores” dos professores “oprimidos”. Pois até que ponto os “especialistas” em educação não incorporam às funções de controle e policiamento em relação aos colegas? E até que ponto a queixa de que os professores não colaboram com os especialistas não é, por parte deles, um sintoma de consciência? Até que ponto “especialistas” não geram competição, ao invés de cooperação na escola?

Este repensar da própria atuação do Orientador Educacional na escola, é fundamental, pois como diz Freire (1979) “a primeira condição para que se possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir... refletir como homem concreto que existe numa situação concreta”. “Reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissoluvelmente à sua ação sobre o mundo”.

A partir dessa reflexão é possível uma tentativa de voltar a Orientação Educacional para uma educação extra-escolar. Isto não significa uma rejeição à escola ou da Orientação Educacional dentro da escola e sistemas escolares, mas tão-somente uma adesão aos valores populares e a busca de uma nova cultura que reestruture o social.

Conclusão: Não se pode afirmar que se encontrou uma forma ideal, perfeita, para a formação prática, no Estágio Supervisionado, do Orientador Educacional. O que se pode concluir é que, pelo menos, está sendo conseguido um estágio anual, em pelo menos 8 horas semanais de estágio, de forma diversificada, mais flexível, mais crítico, mais voltado para a

realidade. E o que é mais importante é a busca, a não conformação ao que está aí, pois como diz Guarnieri (1976) "tenho para minha vida a busca como medida, o encontro como chegada e como ponto de partida".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- GADOTTI, M. A. — Faculdade de Educação e a integração universitária. **Cadernos do CEDES**, S. Paulo, 2:7076, 1981.
- NIDELCOFF, M. T. — **Uma escola para o povo**. S. Paulo, Brasiliense, 1980.
- ROSSI, W. G. — O papel do pedagogo na sociedade. **Cadernos do CEDES**, S. Paulo, 2: 28-38, 1981.
- BAVIANI, D. — **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. S. Paulo, Cortez Editora, 1980.
- BILVA, J. I. — Ação conjunta na formulação de propostas de formação do educador. **Cadernos do CEDES**, S. Paulo, 2: 6-8, 1981.
- . A educação do educador. **Cadernos do CEDES**, S. Paulo, 2: 39-46, 1981.